



Livros escolares aumentaram de preço

O aumento do preço da totalidade dos manuais escolares num ano é no máximo 1,60 euros, que equivale a «menos de três cafés por ano», sublinhou ontem o secretário de Estado da Educação, sustentando que as famílias conseguem suportar este acréscimo.

Os livros do ensino básico vendidos para o ano lectivo que agora começa em Setembro têm um aumento de 3,1 por cento relativamente aos manuais do ano anterior.

A partir do próximo ano haverá aumentos de três por cento acima da inflação para o primeiro ciclo e de 1,5 por cento para os segundos e terceiro ciclos.

Em declarações à Agência Lusa, o secretário de Estado da Educação, Jorge Pedreira justificou estes aumentos com a pressão realizada pelas editoras que se têm queixado de que o preço dos manuais escolares sofreram, nos últimos cinco anos, aumentos médios «claramente inferiores à inflação».

«As editoras queriam aumentos bastante superiores, mas conseguimos um acordo que protege os interesses das famílias portuguesas», comentou o governante.

A título de exemplo, Jorge Pedreira especificou que, em termos percentuais, os aumentos no primeiro ciclo serão de 48 cêntimos no primeiro ano e de 75 cêntimos no 4.º ano para a totalidade dos livros necessários.

«No máximo teremos um aumento de 1,60 euros, ou seja, menos de três cafés por ano», rematou, acrescentando que as únicas famílias a quem estes aumentos podem fazer diferença são as carenciadas, para as quais estão previstos apoios do Estado.

Até ao final da legislatura, o Governo quer participar totalmente a aquisição de manuais às famílias carenciadas, o que será feito de forma gradual, no âmbito do apoio social escolar.

Também encarada como



Livros aumentaram 3,1 por cento

uma compensação é a inclusão pela primeira vez dos manuais do secundário na convenção dos preços, o que obriga a que o aumento destes livros não possa ser superior à taxa de inflação.

Haverá ainda uma redução dos manuais que vão ser adoptados, uma vez que as disciplinas técnicas, práticas e artísticas deixarão de ter livros, o que representa uma economia de 20 por cento no 1.º ciclo e de quase 16 por cento no 3.º ciclo.

Associação de Famílias Numerosas condena aumentos

A Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN) condenou ontem a decisão de aumentar o preço dos manuais escolares acima do valor da inflação, acusando o sistema educativo de «estar ao serviço da indústria educativa» e não das famílias.

Governo e editores chegaram a acordo para que no próximo ano, o preço dos manuais escolares suba acima do valor da inflação.

No caso dos livros do primeiro ciclo vão sofrer aumentos equivalentes ao valor da taxa de inflação acrescido de três por cento e nos casos do 2.º e 3.º ciclo vai acrescer uma taxa de 1,5 por cento superior à inflação.

«É um verdadeiro disparate que vai penalizar as famí-

lias com filhos. O sistema educativo não está ao serviço das famílias e dos filhos mas sim da indústria educativa», disse à Agência Lusa Fernando Ribeiro e Castro, presidente da associação.

O responsável recordou o clássico «drama» dos portugueses quando chega o mês de Setembro, altura em que «as famílias se vêem obrigadas a deitar dinheiro fora» [com os manuais].

Apesar de no Verão passado ter sido promulgada uma lei que exigia o alargamento da vigência dos manuais escolares de quatro para seis anos, o presidente fala em «truques» para que todos os anos as famílias tenham de comprar mais livros, como as consecutivas alterações curriculares dos programas.

«Os livros são caríssimos, são produtos luxuosos que não duram nada. Têm uma qualidade péssima, basta ver que ao fim de um ano, as lombadas começam a romper-se», criticou, referindo-se à difícil viabilidade de aplicar o diploma publicado em Agosto do ano passado.

No entanto, Fernando Ribeiro e Castro sublinhou que os mais de seis mil sócios da APFN «vão estar atentos» para ver se vai ser cumprida a decisão estatal de não se poder escrever nos livros, para poderem ser reutilizados.

«Estamos na linha da frente no combate a todos os truques», alertou o presidente da APFN, garantindo que caso seja detectada alguma irregularidade a associação irá denunciar a situação e «fazer barulho» no sentido de exigir à editora a recolha do material.

A APFN voltou a defender a realização de programas educativos «realistas» classificando os actuais programas de «utópicos», por «obrigarem as famílias a comprar imensos livros e materiais, alguns dos quais sem nunca chegarem a ser usados».

Livros sem espaços para exercícios

Os manuais escolares vão deixar de ter espaços para exercícios, uma medida que arrancará em 2008/09 e que permitirá que o mesmo livro seja usado de um ano para o outro, disse ontem o secretário de Estado da Educação.

«Vai deixar de ser permitido, com exclusão do 1.º e 2.º ano de escolaridade e das línguas estrangeiras, que os manuais escolares tenham espaço para escrever», anunciou à Lusa Jorge Pedreira, apontando esta medida como um exemplo de apoio às famílias com mais do que um filho.

Segundo o governante, esta medida arranca já em 2008/09, altura em que o período de vigência dos manuais começa a ser alargado para seis anos em todos os níveis de ensino.

No entanto, esta alteração vai dar-se gradualmente, uma vez que há alterações curriculares em marcha em algumas disciplinas e em alguns graus de ensino.

Assim, em 2008 o 9.º ano vai arrancar com manuais prontos a vigorarem seis anos, exceptuando as disciplinas de Português e Matemática, nas quais haverá alterações curriculares a efectuar.

Este novo regime vem aumentar de três para seis anos o prazo de vigência dos livros.

País preocupados

A Confederação Nacional das Associações de Pais (Confap) considera «lamentável e preocupante» o aumento do preço dos manuais escolares acima da inflação no próximo ano lectivo, salientando que a situação vem prejudicar especialmente as famílias de classe média.

«É uma situação preocupante e os próximos dois anos vão ser de aumento de custos na educação que as famílias têm de suportar, principalmente as famílias de classe média, porque as famílias com baixos rendimentos têm já apoios», disse o dirigente da Confap Fernando Gomes, reagindo ao aumento do preço dos manuais escolares do ensino básico este ano, pela primeira vez desde 2002.

«Não esperávamos este aumento», afirmou Fernando Gomes, realçando que «as famílias já têm de suportar realmente um aumento do custo devido ao aumento da inflação anual».

A Confap sugere ao Governo «algum acerto no preço dos manuais mais de acordo com o bolso das famílias» considerando que os actuais preços são «muito extrapalados».

Redacção@Lusa